

Requerimento

Assunto: Emigrantes Portugueses na Bermuda em dificuldades.

A Comunidade Portuguesa residente nas Ilhas Bermudas está a viver, presentemente, com grande apreensão, a política do respectivo Governo, quanto ao repatriamento de alguns dos nossos concidadãos, que ali se encontram a trabalhar.

Existem muitos emigrantes açorianos que ali labutam, com as devidas autorizações de trabalho e até constituíram família e têm filhos lá nascidos, há mais de uma dúzia de anos.

A emigração para as Bermudas só se pode concretizar com a celebração de um contrato de trabalho com as empresas daquele Arquipélago. A autorização oficial de permanência terá de ser renovada, no final de cada contrato. Só depois de 20 anos se obtém a carta de residência definitiva.

Contudo, a partir de agora, só os emigrantes que se encontram a residir antes do ano de 1989 poderão continuar a trabalhar naquele Arquipélago, de acordo com a nova lei do Governo local. Os que se encontram depois de 1990, estão na contingência de poder deixar aquela colónia Britânica.

É mais um drama para os açorianos da diáspora, que se vê confrontada com esta nova orientação governamental, emanada no passado mês de Janeiro. A situação é tanto mais grave quando se sabe que, há mais de um ano, não existe um Cônsul Português em funções nas Bermudas, para acompanhar os nossos compatriotas.

Assim, os Deputados subscritores solicitam ao Governo Regional, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, as seguintes informações:

1. O Governo Regional já diligenciou junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros informações sobre esta questão?
2. Considera o Governo Regional importante a nomeação de um Cônsul Português para as Bermudas? Já sensibilizou o Governo da República para a urgência desta nomeação?
3. Como pretende o Governo Regional acompanhar este processo?

Horta, 6 de Abril de 2006

Os Deputados



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO

Entrada 1027 Proc. Nº 54-03-00

Data: 06/04/06 Nº 131/VIII